

O TEXTO ETNOGRÁFICO EM QUESTÃO

The ethnographic text in question

Pedro Benjamim Garcia*

* Professor do Mestrado em Educação da Universidade Católica de Petrópolis. Graduado em Filosofia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Mestre em Educação pela PUC-Rio. Doutor em Antropologia Social (Museu Nacional/UFRJ). Pesquisador do CNPq. Desenvolve trabalhos ligados à formação do leitor na Universidade e em favelas do Rio de Janeiro.

E-mail: pedrogarcia@terra.com.br

Material recebido em novembro de 2007 e selecionado em dezembro de 2007.

RESUMO

Este artigo é uma reflexão acerca do texto etnográfico, mais especificamente sobre o significado da escrita na legitimidade do trabalho de campo do antropólogo. Simplificando, temos, de um lado, os que “naturalizam” a escrita, como se ela fosse um mero veículo descritivo da prática e, de outro, os que advogam que a escrita é o que valida a etnografia.

Palavras-chave: Texto etnográfico. Trabalho de campo.

ABSTRACT

This article is a reflection on the ethnographic text; more specifically, on the significance of writing in legitimating the anthropological fieldwork. In simple terms, there are, on the one side, those who take a “naturalistic” approach to writing and treat the text as a mere description of the ethnographic practice. On the other, we can find those who believe that the validation of ethnography is in its writing.

Keywords: *Ethnographic text. Fieldwork.*

Este artigo é uma reflexão acerca do texto etnográfico, mais especificamente sobre o significado da escrita na legitimidade do trabalho de campo do antropólogo. Simplificando temos, de um lado, os que “naturalizam” a escrita, como se ela fosse um mero veículo descritivo da prática e, de outro lado, os que advogam que a escrita é o que valida a etnografia.

A partir de textos publicados em “Retóricas de la Antropología”, coletânea organizada por James Clifford e George E. Marcus; do livro *Obras e vidas: o antropólogo como autor*, de Clifford Geertz; e do artigo de Teresa Caldeira, *Antropologia e poder: uma resenha de etnografias americanas recentes*, busquei acompanhar esse debate colocando o meu ponto de vista.

Geertz, no livro citado, faz uma análise detalhada e exaustiva de etnografias clássicas, comentando seus impasses e alternativas. Ele vai fundo. Entra no debate proposto pelos antropólogos pós-modernos, que supervalorizam a escrita na produção da etnografia, e, aceitando alguns dos pressupostos advogados

ATUALIDADES EM EDUCAÇÃO

por eles, procura responder o que lhe parece fundamental: a razão pela qual os textos etnográficos são convincentes.

Mesmo que chegue à conclusão de que os pós-modernos prometem mais do que realizam – e creio que esta é também a opinião de Caldeira –, não há dúvida de que a área da Antropologia não ficou imune a essas críticas.

Geertz coloca a questão do fazer etnográfico em dois extremos: “Não pense na etnografia, apenas pratique-a” ou: “Não pratique a etnografia, apenas pense nela”. (GEERTZ, 2002, p. 182) A primeira postura é naturalizada, não se questiona acerca da produção do texto; a segunda, leva ao imobilismo.

Aceitar a existência de “artifícios” na construção do texto etnográfico não questiona a sua legitimidade. É o que Geertz nos diz:

De algum modo, supõe-se que atentar para coisas como imageria, as metáforas, a fraseologia ou a voz leva a um relativismo corrosivo, no qual tudo não passa de uma expressão mais ou menos sagaz de opiniões. A etnografia, dizem, torna-se um mero jogo de palavras, como se presume sejam os poemas e os romances. Expor de que modo a coisa é feita equivale a sugerir que, tal como a mulher serrada ao meio, ela simplesmente não se faz. (GEERTZ, 2002:12-13)

“Mero jogo de palavras”, ilusionismo. Nem a poesia, nem a novela, nem a etnografia podem ser meros jogos de palavras. Cada uma delas, para ser (a poesia, poesia; a novela, novela; e a etnografia, etnografia),

tem que produzir um efeito (poético, ficcional e etnográfico). Ou seja, tem – no dizer de Guattari – que funcionar: “o que interessa é fazer com que um texto funcione”. (GUATTARI, 1981, p. 77) E um texto só funciona se ultrapassa a “barreira” das palavras, se comunica algo a alguém.

Geertz identifica o medo de enfrentar a questão do texto no fato de que

[...] se houvesse um entendimento melhor do caráter literário da antropologia, alguns mitos profissionais sobre como ela consegue ser persuasiva tornar-se-iam insustentáveis. Em particular, talvez fosse difícil defender a visão de que os textos etnográficos convencem, na medida em que chegam a ser convincentes, pelo simples poder de sua substancialidade factual. A ordenação de um imenso número de detalhes culturais sumamente específicos tem sido a principal maneira pela qual a aparência de verdade – a verossimilhança, a vraisemblance, a *wahrscheinlichkeit* – é buscada nesses textos. (GEERTZ, 2002, p. 13-14)

Admitindo aspectos ficcionais nas etnografias, descartando a “substancialidade factual” como o que consegue “convencer”, Geertz chega ao cerne da questão:

A capacidade dos antropólogos de nos fazer levar a sério o que dizem tem menos a ver com a aparência factual, ou com o ar de elegância conceitual, do que com sua capacidade de nos convencer de que o que eles dizem resulta de haverem realmente penetrado numa outra forma de vida (ou, se você preferir, de terem sido penetrados por ela) – de realmente haverem, de um modo

ou de outro, “estado lá”. E é aí, ao nos convencer de que esse milagre dos bastidores ocorreu, que entra a escrita. (GEERTZ, 2002, p. 15)

No confronto com os pós-modernos, Geertz não só aceita críticas que alguns deles fazem ao texto etnográfico como as aprofunda e a elas acrescenta outras. É como se quisesse ir ao “fundo do poço” para – de forma incontestável – “dar a volta por cima”.

Neste sentido, afirma que os pressupostos teóricos de Malinowski, “em outro tempo uma torre imponente, como poucas, está basicamente em ruínas, mas ele continua a ser o supremo do etnógrafo”. (GEERTZ, 2002, p. 14-15) Por que isso ocorre?

Geertz passa em revista as obras de Malinowski, Evans-Pritchard¹, Lévi-Strauss e Ruth Benedict. Em cada uma delas mostra os “artifícios” ou, melhor dizendo, as estratégias de construções de suas etnografias. E isto não as invalida. Malinowski continua imponente, apesar de seu arcabouço teórico em ruínas:

Seja qual for o estado da reflexão sobre a natureza das trocas do Kula no momento atual, e ela vem se modificando rapidamente, a imagem fornecida dessas trocas em *Os argonautas do Pacífico Ocidental* continua indelével, para todos os fins práticos. (GEERTZ, 2002, p.16)

Algum escrito de Malinowski que se encontrasse hoje seria visto com unção quase religiosa; já um texto análogo que buscasse imitar o mestre estaria totalmente defasado. Estranha situação. Um soneto imitando Camões e, hipoteticamente,

¹ Geertz prefere desconfiar de sua capacidade de observação e análise do que pôr em questão a mesma capacidade em alguém da estatura de Evans-Pritchard.

² Sobre a questão da autoria, ver FOUCAULT, M. O que é um autor? Lisboa: Vega, 1992.

atingindo sua perfeição, teria escasso valor estético? A questão da autoria se impõe². Por que um quadro imitando Picasso e tão perfeito nessa imitação – a ponto de o próprio Picasso não perceber a diferença – é desqualificado?³

Há aí uma curiosa relação entre o valor intrínseco de uma obra, a legitimidade de quem a realizou e o seu contexto histórico. Tentar penetrar nessa questão exigiria incursionar pelos temas da “aura”, que Walter Benjamin (1975, p. 7-34) propõe, da originalidade e da autoria. Mas isso me afastaria do tema central deste texto.

Faço apenas uma visita a Platão, que coloca a autoria em termos “polifônicos”:

Sócrates – A respeito de quem é o autor de um texto, e a quem ele pertence depois de escrito, quem está mais certo: aquele que diz que todo discurso é obra de apenas um homem, e portanto a ele pertence por inteiro, ou aquele que pensa que um discurso é apenas uma espécie de mosaico, resultando da colagem de pedaços de muitos outros discursos?

Fedro – Aquele que vê o discurso como mosaico teria razão.

Sócrates – Você diria então, meu caro Fedro, que não pode nunca haver um discurso totalmente original, fruto apenas da inspiração das musas, e que todo o discurso é, ao menos em parte, cópia de outros discursos já existentes?

Fedro – É exatamente este o meu modo de ver as coisas. Mas há ainda algo que precisa ser esclarecido, Sócrates. Se pensarmos o discurso como uma colagem, todo o homem, fosse ele poeta ou não, seria capaz

de compor belos discursos, simplesmente colhando aqui e ali trechos já ditos por outros e colocando-os lado a lado.

Sócrates – Muito me surpreenderia que as coisas sucedessem de tal forma! Ainda que seja verdadeiro que o discurso não é fruto apenas da inspiração, é preciso que aquele que compõe seja capaz de combinar, segundo as regras da harmonia e obedecendo aos preceitos divinos, diversos elementos recolhidos em diferentes textos que ele tenha lido, acrescentando ainda a estes alguns trechos que ele terá pessoalmente composto, juntando-os de forma harmoniosa num novo texto, que saberá falar por si mesmo. Ora, é preciso levar em conta a dificuldade de tal tarefa, quando pensamos na quantidade imensa de textos que há atualmente, e no número virtualmente infinito de combinações possíveis. É sem dúvida nenhuma uma grande arte, esta de saber encontrar fragmentos adequados em meio aos discursos existentes, e depois combiná-los num todo que seja iluminado pelos ideais do que é belo e verdadeiro.

Fedro – Não lhe parece que este novo texto seria pouco mais que uma cópia, feita, é certo, com particular arte e atenção, mas ainda assim uma cópia?

Sócrates – Não, Fedro, nunca houve um original. Na verdade tudo que sempre fizemos foi re-escrever, nas novas linguagens que surgem ao longo da história, os muitos ancestrais de nossa raça, que são comuns a todos os homens. É nisso que consiste a literatura”. (PLATÃO *apud* IRINEU, 1989, p. 201-202)

Isso posto, de forma tão clara e concisa, como convém aos clássicos, volto ao significado do texto – o que ele esconde e revela.

Carlos Irineu afirma que “um texto só é um texto se ele esconde ao primeiro olhar a lei de sua concepção e a regra de seu jogo”. (IRINEU, 1989, p. 201) Creio que é a esse tipo de argumentação que se apegam os pós-modernos ao desvelarem as “regras do jogo” de composição das etnografias.

Sustento, ao contrário, que o desvelamento das regras não desmancha o encanto ou a legitimidade de um texto. É o que diz Morin em suas considerações sobre o cinema. Afirma que o fato de conhecermos a técnica cinematográfica não tira a emoção que um determinado filme pode nos transmitir. Exemplo disso é “A mulher do tenente francês”, que mostra os bastidores da filmagem, com os dramas dos atores, e a própria narrativa da história, como se estivéssemos assistindo a dois filmes em um só, “ambos” consistentes e bem realizados. Em síntese, não é o conhecimento da forma como se realiza uma obra que retira dela o seu encanto ou legitimidade.

Nessa mesma linha de reflexão, podemos nos reportar ao texto clássico de Marcel Mauss: “A expressão obrigatória dos sentimentos”, que explicita os comportamentos que devemos ter, e que todos esperam que tenhamos, em determinados rituais. O fato de chorarmos ou termos uma postura compungida em um enterro – que é exigido socialmente de todos nós –, não elimina o sofrimento que sentimos, como tão bem formulou Fernando Pessoa no seu poema Autopsicografia:

³ Frank Wynne aborda esta questão a partir da história de Han van Meegeren, especialista em criar quadros que reproduziam o estilo e a técnica do pintor Johannes Vermeer. WYNNE, Frank. Eu fui Vermeer: A lenda do falsário que enganou os nazistas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ATUALIDADES EM EDUCAÇÃO

O poeta é um fingidor.
Finge tão completamente
Que chega a fingir que é dor
A dor que deveras sente.
(PESSOA, 1960, p. 97)

A dor não está ausente no fingimento, confunde-se com ele e transparece, apesar dele.

Voltando à construção do texto, etnográfico ou qualquer outro, seria o caso de questionar se poderia haver um texto sem regras. Algo diáfano e puro. Mesmo a experiência transcendente de São João da Cruz só pode ser expressa através de palavras, mesmo admitindo-se que as palavras não captam a transcendência. Mas é o que temos e é com esse material que, como os alquimistas, buscamos algo além das palavras, mas através delas.

E o “além das palavras”, ou de qualquer outra linguagem, pressupõe algo mais do que a técnica. Exemplo: um pianista que nos encanta pela forma como executa Beethoven tem menos mérito (acho eu) do que aquele que nos faz esquecer a técnica e nos transporta emocionalmente para a obra do compositor.

O texto é uma construção. Um leitor arguto, com vocação para detetive, encontrará rastros dessa construção. Nesse jogo, o autor às vezes se diverte, como é o caso de Nabokov, que joga pistas falsas e verdadeiras para a interpretação da sua obra. Diria que o texto de Nabokov a si mesmo se observa. E o texto que a si mesmo se observa no processo de construção adquire autoconsciência aguda. Defesa e ataque. Empreende

uma escaramuça e, no mesmo instante, olha para os lados para não ser surpreendido. Adquirindo ares de sujeito, busca não cair em armadilhas. Essa agudeza – pretensa ou real – dependendo de quem a cria, se tira a “naturalidade” do escrever, produz uma saudável sensação de se estar marchando apesar de tudo. A autoconsciência não estiola a produção (pelo menos seria desejável que não o fizesse).

Claro que a construção literária não é a mesma da etnografia, por mais que se assemelhem. A primeira não tem compromisso com a veracidade¹, o que não ocorre com a segunda.

Seja como for, sempre fazemos alguma coisa *por meio de*. No nosso caso, por meio de palavras. E a questão é: “Como fazer coisas com palavras?” (GEERTZ, 2002, p. 180)

Nesse sentido, não cabe a crítica de Teresa Caldeira a um livro de Taussig, quando ela afirma que “ele quer provocar reações no leitor, talvez náusea, mas só tem palavras impressas para fazer isso”. (CALDEIRA, 1988, p. 42) Não é sempre assim? Só se têm palavras. O desafio é “domá-las” ao nosso desejo em direção ao que almejamos.

Voltando ao texto etnográfico... Muda alguma coisa, na construção do texto etnográfico, após a crítica pós-moderna? Acredito que sim. Penso que é nessas águas, aparentemente com mais obstáculos, que temos que navegar. E não há saída. Não será a atitude enganosa do avestruz que irá resgatar o que já passou. Não se trata de uma opção; é que não há escolha. É uma questão que precisa

ser encarada de frente. E algumas perguntas se impõem. Na medida em que concepções e regras do texto etnográfico foram desveladas, ele teria perdido em eficácia? Poderia ganhar em eficácia justamente pela exposição do seu fazer?

Segundo Geertz, o foco dos pós-modernos, tanto nas críticas quanto em novas alternativas para o fazer etnográfico, concentra-se no texto. É a partir daí que questionam as etnografias realizadas até então, cuja fórmula de construção da autoridade etnográfica repousaria na ambigüidade de aparecer e desaparecer. Aparecer para dizer “eu estive lá”, desaparecer para manter a neutralidade (científica?) do que está sendo dito.

Marcus e Cushman descrevem nove convenções textuais nas etnografias clássicas. Além das duas já mencionadas (do aparecer, desaparecer), apontam:

[...] o texto está em geral estruturado sequencialmente, apresentando as unidades nas quais considerava-se que as culturas (ou sociedades) estavam divididas;

[...] o indivíduo não tem lugar na etnografia realista, fala-se do povo em geral, ou de indivíduos típicos;

[...] para enfatizar o caráter de realidade das vidas retratadas, acumulam-se detalhes da vida cotidiana;

[...] pretende-se apresentar não o ponto de vista do antropólogo, mas o ponto de vista nativo, idéia que se assenta no pressuposto de que esse ponto de vista existe pronto para ser representado aqui (no texto);

⁴ De forma não despida de ironia, Guimarães Rosa dirá que suas histórias são sempre verdadeiras, porque inventadas: “E assim se passaram pelo menos seis ou seis anos e meio, direitinho deste jeito, sem tirar nem pôr, sem mentira nenhuma, porque esta aqui é uma estória inventada, e não um caso acontecido”. ROSA, Guimarães. A hora e a vez de Augusto Matraga. In: Sagarana. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958, p. 358.

Embora anteriormente não se ignorasse o estilo dos autores, a precisão narrativa e analítica etc, o que não se levava em conta é que o fazer antropológico também residia nisso.

[...] apesar de cada trabalho de campo ser muito específico, nas etnografias tendeu-se a generalização;

[...] usa-se o jargão, exigência científica;

[...] faz-se a exegese de termos e conceitos nativos – e reafirma-se a competência lingüística do antropólogo. (CALDEIRA, 1989, p. 137-138)

Considerando-se essas convenções na elaboração do texto etnográfico, não é gratuito se falar, conforme Geertz, de “ficção antropológica”. O que não significa caracterizar a etnografia como “literatura”, o que a descaracterizaria como tal.

Embora anteriormente não se ignorasse o estilo dos autores, a precisão narrativa e analítica etc, o que não se levava em conta é que o fazer antropológico também residia nisso.

Em síntese, o que os pós-modernos desvelam, em suas críticas, são as normas que ressaltam a veracidade das etnografias. Normas (convenções) que encobrem limitações, dando impressão de totalidade e harmonia ao que é parcial e contraditório.

Como alternativa ao que criticam, os pós-modernos

[...] vão tentar romper tanto o caráter de separação das culturas, quanto o de re-criação da totalidade. Para eles a etnografia não deve ser uma interpretação sobre, mas uma negociação

com, um diálogo, a expressão da troca entre uma multiplicidade de vozes. [...] A proposta é, então, escrever etnografias tendo como modelo o diálogo ou, melhor ainda, a polifonia [...], e para isso todos os meios podem ser tentados: citações de depoimentos, autoria coletiva, ‘dar voz ao povo’ ou o que mais se possa imaginar. O objetivo final, no que diz respeito ao autor, seria fazer com que ele agora se diluisse no texto, minimizando em muito a sua presença, dando espaço aos outros, que antes só apareciam através dele. (CALDEIRA, 1989, p. 141)

Essa proposta tem as seguintes conseqüências:

- a perda, por parte do antropólogo, do status de “sujeito cognoscente privilegiado. Perdendo o status de sujeito cognoscente privilegiado, o antropólogo é igualado ao nativo e tem que falar sobre o que os iguala: suas experiências cotidianas”;
- a necessidade de encontrar meio de representar a “diversidade irreduzível de experiências” (já que se nega a “possibilidade de reconstruir uma totalidade que dê sentido a todas as posições diversas”);
- com todas as vozes equiparadas, “o que se representa são sujeitos individuais e não papéis sociais”;
- por último, o autor não se esconde para afirmar sua

autoridade científica, mas se mostra para dispersar sua autoridade; não analisa, apenas sugere e provoca. Com isso a concepção de leitor muda radicalmente: ele não é mais aquele que se informa, mas deve ser agora participante ativo na construção do sentido do texto, que apenas sugere conexões de sentido. (CALDEIRA, 1989, p. 141)

Diante de tais argumentos talvez se possa concluir que perdemos a inocência. Para ultrapassá-la ou reconquistá-la (se isto é possível), é necessário não ser ingênuo e reconhecer os limites, as perdas e os ganhos. E verificar se há recomeço possível e como recomeçar. Algo na linha de uma reflexão de Umberto Eco, que Regina Novaes recuperou num texto que tem o sugestivo título de “Nada será como antes, entre urubus e papagaios” (NOVAES, 1993, p. 15):

Penso na atitude pós-moderna como a de um homem que ama uma mulher muito culta e sabe que não pode dizer-lhe ‘eu te amo desesperadamente’, porque sabe que ela sabe (e ela sabe que ele sabe) que esta frase foi escrita por Liala. Entretanto, existe uma solução. Ele poderá dizer: ‘Como diria Liala, eu te amo, desesperadamente’. A esta altura, tendo evitado a falsa inocência, tendo dito claramente que não se pode mais falar de maneira inocente, ele teria dito à mulher o que queria dizer: que a ama, mas que a ama em uma época de inocência perdida. Se a mulher entrou no jogo, terá igualmente recebido uma declaração de amor. Nenhum dos dois interlocutores se sentira inocente, ambos terão aceitado o desafio do passado, do já dito que não se pode eliminar, ambos jogarão conscientemente e com prazer o jogo da ironia... Mas

ATUALIDADES EM EDUCAÇÃO

ambos terão conseguido mais uma vez falar de amor. (NOVAES, apud ECO, 1993, p. 33)

Em etnografia talvez se possa utilizar recurso similar ao sugerido

por Eco: “Como diriam os pós-modernos...”. E esperar que com isso se possa, em tempos de perda de ingenuidade, olhar o texto etnográfico como uma construção do fazer etno-

gráfico. Até que novamente advenha uma nova “denúncia” do que se faz e tudo se refaça em outros termos. Esta parece ser a trama sem fim do conhecimento sempre repostos.

Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Poética*. Lisboa: Guimarães & Editores, 1951, p. 82-83.
- CALDEIRA, T. *Antropologia e poder: uma resenha de etnografias americanas recentes*. Rio de Janeiro: BIB, n. 27, 1989.
- _____. A pós-modernidade na Antropologia. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 21, p. 133-157, jul. 1988.
- CLIFFORD, J.; MARCUS, G. E. *Writing Culture: the poetics and politics of ethnography*. Califórnia: University of California Press, 1986.
- COELHO, E. P. Caderno Idéias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 19 ago. 1990.
- CRAPANZANO, V.; Hermes Dilemma. In: CLIFFORD, J.; MARCUS, G. E. *Writing Culture: the poetics and politics of ethnography*. Califórnia: University of California Press, 1986, p. 56.
- FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1992.
- GEERTZ, C. *El antropólogo como autor*. Barcelona: Paidós, 1989.
- GUATTARI, F. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- IRINEU, C. *Invadindo áreas onde nada é definido*. Rio de Janeiro: 34 Letras, n. 5/6, set. 1989.
- MAUSS, M. A expressão obrigatória de sentimentos. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso (Org.). *Mauss*. São Paulo: Ática, 1979, p. 147-153.
- NOVAES, R. Nada será como antes, entre urubus e papagaios. In: TEIXEIRA, F. (Org.). *CEBs – Cidadania e Modernidade: uma análise crítica*. São Paulo: Paulinas, 1993, p. 151.
- PESSOA, F. Autopsicografia. In: *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Aguillar, 1960, p.97.
- WYNNE, Frank. *Eu fui Vermeer: a lenda do falsário que enganou os nazistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.